



POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O NOVO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA

Educational Policies and the New High School: Reflections on the Teaching of Geography

Francisca Rodrigues de Araújo¹

José Gilberto de Souza²

Suleima Cristina Botteri³

RESUMO

Analisar de forma crítica e aprofundada as políticas educacionais no Novo Ensino Médio é uma complexidade educacional brasileira e do estado do Tocantins, Brasil. Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental. Diante da concentração de poder, busca mobilizar movimentos sociais e a comunidade escolar para um debate reflexivo. Os resultados apontam mudanças significativas na estrutura curricular, comprometendo a formação em ciência geográfica.

.Palavras-chave: Políticas educacionais; Ensino de Geografia; Novo Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em andamento é um estudo minucioso por meio da observação, acompanhada de uma análise reflexiva, acerca das políticas educacionais e da atuação docente na perspectiva dos professores de geografia. O foco sobre sua contribuição da educação básica no Ensino Médio, considerando-se as diferentes esferas administrativas – privada, estadual e federal – nas cidades de Palmas e Porto Nacional, estado do Tocantins - Brasil. De acordo com Saviani (2008, p. 45), "A educação escolar, sobretudo no Ensino Médio, deve possibilitar a apropriação do conhecimento sistematizado, permitindo que o indivíduo compreenda a realidade em que está inserido e atue de forma transformadora na sociedade." Dessa forma, o Ensino Médio de qualidade é fundamental para capacitar os jovens nesse período de transição e prepará-los para os desafios sociais, econômicos e políticos. Investir na qualidade do Ensino Médio é indispensável para a melhoria da equidade.

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional – TO. E-mail: araujo.francisca@mail.uft.edu.br. Destaca-se que a pesquisa é orientada pelo Prof. Dr. José Gilberto de Souza.

² Associate Professor - Depart. Geography and Environmental Planning; Coordinator Laboratory of Spacial Analysis in Public Policies (LAPP); Institute of Geosciences and Exact Sciences (IGCE); São Paulo State University (UNESP) e Professor Dr. Colaborador da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Programa de Pós-Graduação, Porto Nacional – TO. E-mail: jg.souza@unesp.br. Professor orientador.

³ Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional – TO. E-mail: suleimabotterimg@gmail.com

Ao completar duas décadas de prática no ensino de geografia na educação básica, especificamente no ensino médio de escolas públicas, são diversos os desafios relacionados às políticas públicas educacionais e ao trabalho docente. Verifica-se que as reformas recentes trouxeram impactos direto na prática docente, exigindo dos professores práticas inovadoras, abordagens interdisciplinares e uma flexibilidade na parte diversificada do currículo. No entanto, essas mudanças nem sempre vêm acompanhadas de formação continuada adequada e de infraestrutura na sua implementação. A demanda de um planejamento pedagógico mais dinâmico e contextualizada exige do docente não apenas uma atualização constante na sua formação, mas também a capacidade de mediação entre "objetos do conhecimento" e a realidade do estudante.

A partir dessas reflexões, as políticas públicas educacionais voltadas ao ensino médio necessitam de uma olhar acurado à valorização do trabalho docente. A qualidade da educação oferecida está intrinsecamente ligada à formação inicial e continuada dos professores, a qual deve estar em consonância com as exigências curriculares e a diversidade socioeconômica dos estudantes. Nesse contexto, a implementação do Novo Ensino Médio – NEM, suscita importantes questionamentos acerca das condições de trabalho entretida pelos docentes, em particular professores de geografia, cujas práticas educacionais vêm sendo impactadas por uma série de transformações estruturais e organizacionais. Objetivo analisar criticamente os efeitos dessas políticas na valorização profissional e na efetividade do ensino em essencial para compreender os desafios contemporâneos na fragilidade das condições do trabalho docente, em foco nos professores de Geografia, destacando os impactos na prática pedagógica e na valorização profissional.

METODOLOGIA

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, descritiva e documental, segundo González Rey (1998), a pesquisa qualitativa deve ser compreendida como um processo investigativo em constante movimento, no qual o pesquisador não apenas observa, mas participa ativamente da construção do conhecimento. Nessa abordagem, o percurso metodológico não se limita a um roteiro rígido ou previamente definido, pois considera a possibilidade de surgimento de novas compreensões ao longo da investigação. Assim, teoria e realidade se entrelaçam e, por vezes, se contradizem, promovendo um diálogo fecundo que potencializa a produção de conhecimento.

A pesquisa em andamento está caráter teórico-documental, com levantamento nos projetos político-pedagógicos, planos de curso, legislações educacionais e normativas de ensino, além do levantamento das políticas educacionais e do trabalho docente. Posteriormente, a coleta de dados será realizada por meio de observação, aplicação de questionários no Google Forms, com perguntas objetivas e subjetivas, e de um roteiro de entrevistas, que serão aplicadas em escolas centrais e em escolas localizadas em regiões mais afastadas dos centros urbanos das cidades de Porto Nacional e Palmas – TO.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Oliveira (2010), as políticas públicas educacionais correspondem a um recorte mais específico dentro do amplo campo da educação, concentrando-se principalmente nas questões relacionadas à educação escolar, ou seja, ao que o governo faz ou deixa de fazer no âmbito da escola.

As políticas podem ser classificadas em diversos eixos, como financiamento

educacional, inclusão e diversidade, inovação pedagógica e avaliação da qualidade do ensino. No contexto brasileiro, por exemplo, destacam-se iniciativas como o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para a melhoria da educação em longo prazo, e programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), essencial para garantir financiamento às escolas públicas. Conforme Saviani (2019), o financiamento da educação, viabilizado por programas como o FUNDEB, é fundamental para assegurar a valorização da carreira docente e melhores condições de trabalho, além de permitir investimentos na formação inicial e continuada dos professores, o que influencia diretamente na qualidade do ensino.

Portanto, a formação de professores dentro das políticas públicas educacionais não se restringe apenas ao ensino de conteúdos acadêmicos, mas envolve um conjunto de ações que impactam diretamente na qualidade da educação escolar, na equidade do ensino e no desenvolvimento integral dos estudantes. Segundo Gatti (2013), a formação de professores deve ir além da simples transmissão de conteúdos, contemplando aspectos como a equidade, a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos. Para que isso ocorra, é fundamental que as políticas públicas assegurem condições adequadas de trabalho, oferta de formação continuada e valorização da carreira docente.

Esse olhar ampliado para formação docente torna-se mais necessário diante das recentes políticas educacionais, especificamente com a reforma promovida pela Lei nº 13.415/2017, o Novo Ensino Médio passou a ter uma organização curricular mais flexível, baseada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em itinerários formativos, permitindo que os estudantes escolham percursos de aprendizagem conforme seus interesses e aspirações. Essas mudanças impactam diretamente a estrutura e os objetivos dessa etapa da Educação Básica, que, conforme estabelece a legislação:

O Ensino Médio constitui a etapa final da Educação Básica, caracterizando-se pela função de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, preparação para o exercício da cidadania e formação para o mundo do trabalho, além de possibilitar o prosseguimento dos estudos (BRASIL, 1996).

O Ensino Médio passou por alterações significativas em diversos estados brasileiros. No estado do Tocantins, especificamente, a estrutura curricular desse nível de ensino foi reformulada em 2017, estabelecendo uma carga horária anual de 3.000 horas/aula. Nesse novo modelo, tornou-se obrigatório o trabalho com temas transversais em todos os componentes curriculares, além da inclusão, nos componentes de História e Geografia, de conteúdos que contemplassem, respectivamente, a história e a geografia do Tocantins.

Posteriormente, em 2019, o currículo do Ensino Médio no estado passou por uma nova reformulação, ampliando a carga horária total para 3.600 horas. Mantiveram-se as exigências anteriores, como a abordagem dos temas transversais e os conteúdos regionais nos componentes de História e Geografia. No entanto, foi incorporada à proposta curricular uma parte diversificada obrigatória, composta por dois componentes curriculares: "Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil" e "Iniciação Científica e Pesquisa". Além disso, foi instituída a parte diversificada – eletiva, composta por seis componentes eletivos, dos quais a escola deveria selecionar um, em diálogo com a comunidade escolar, considerando a estrutura física disponível e a formação ou habilidades afins dos professores.

Nos anos de 2022 e 2023 a geografia teve perda significativa na redução de sua carga horária destinada aos componentes curriculares de ciências humanas incluindo Geografia,

levantou sérias preocupações. E muitos professores foram ministrar aulas de "eletivas" e trilhas do conhecimento da parte diversificada do currículo. Conforme aponta Souza (2020), o trabalho docente requer estudos e reflexões teóricas que dialoguem com a prática, possibilitando compreender as bases do currículo e criar condições reais de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia uma perda progressiva do ensino de geografia, intensificada pelas políticas educacionais. E essa perda se manifesta em diferentes frentes, como a formação do professor de Geografia, com o objetivo de tornar as aulas mais interativas e alinhadas às novas demandas da educação. No entanto, sua eficácia depende de fatores como carga horária, infraestrutura escolar, formação docente e acesso a formações inicial e continuada. Além disso, é essencial adotar uma postura crítica em relação às desigualdades sociais e à dependência do poder. Portanto, recuperar a centralidade ao ensino de geografia é imperante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CHAGAS, Gênesis de Souza; SILVA, Michele Souza da; SIQUEIRA, Pedro Henrique Dias. **Um ensino de Geografia e o “novo”: uma análise curricular.** Em: CAMPONES, Kelly Cristina (Org.). *A interlocução de saberes na formação docente 1* [Recurso de carro eletrônico]. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. p. 131-142.

EVANGELISTA, Armstrong Miranda; ARAUJO, Leide Dayane da Silva. **O ensino de Geografia no processo de implementação do Novo Ensino Médio direções: e desafios.** *Revista Signos Geográficos*, v. 7, p. 1 a 20, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/81669>. Acesso em: 14 de fe. 2025.

FERNANDES, Nathan Moretto Guzzo; RIBEIRO, Lorena. **O lugar da Geografia no “Novo Ensino Médio”: análise dos efeitos da implementação da reforma curricular no estado do Espírito Santo.** *Revista Eletrônica Educação Geográfica em Foco*, v. 8, n. 17, maio 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/1974>. Acesso em: 30 de mar. 2025.

GATTI, Bernardete Angelina. **Formação de professores no Brasil: características e problemas.** *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 123, p. 1355-1379, 2013.

GONÇALVES, J. (2023). A Geografia Escolar e a reorganização curricular provocada pela reforma do Ensino Médio. *Revista Brasileira De Educação Em Geografia*, 13(23), 05-20. <https://doi.org/10.46789/edugeo.v13i23.1153> Acesso em: 20 de mar. 2024.

GONZÁLEZ REY, F. Locualitativo y locuantitativo en la investigación de la psicología social. In: Psicología & Sociedade, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 32-52, 1998.

MARTINS Cavallini, G., & Richter, D. (2024). O currículo e a reforma do Ensino Médio: a Geografia escolar e o livro didático em foco. *Revista Signos Geográficos*, 6, 1-21. <https://doi.org/10.5216/signos.v6.78236> Acesso em: 04 de abr. 2025.

MONTEIRO, Elane Lopes; SAIF, Maria Dailiana Andrade de Queiroz; TELES, Emanuele Martins; LIMA, Maria de Nazaré Teles de; SOUZA, Sebastião Perez; SIQUEIRA, Thomaz Décio Abdalla; LIMA, Wendell Teles de; O novo ensino e médio o ensino de Geografia. *BIUS - Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia*, v. 38, n. 32, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/BIUS/article/view/12218>- Acesso em: 01 mai. 2024.

RIBEIRO, Lorena; FERNANDES, Nathan Moretto Guzzo. O Lugar da Geografia no “Novo Ensino Médio”: análise dos efeitos da implementação da reforma curricular no estado do Espírito Santo. *Revista Educação Geográfica em Foco*, [S.l.], v. 8, n. 15, june 2024. ISSN 2526-6276. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/1974>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SAVIANI, Dermerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

SOUZA, José Gilberto de; JULIASZ, Paula Cristiane Strina. A formação de professores e a construção do sujeito social histórico. In: OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; D'AGUA, Solange Vera Nunes Lima (orgs.). *Inquietações no campo do ensino: sujeitos e temas de pesquisa* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.